

**Exma. Senhora Presidente da Comissão de Administração Pública,
Poder Local e Ordenamento do Território,
Deputada Isaura Morais.**

Assunto: Requerimento para audição com carácter de urgência da senhora Ministra dos Assuntos Parlamentares sobre a Jornada Mundial da Juventude Lisboa 2023

Exma. Senhora Presidente da Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local,

O CHEGA vem requerer a V/ Exa., a marcação de uma audição com carácter de urgência, no seguimento dos últimos acontecimentos relacionados com a Jornada Mundial da Juventude que irá acontecer em Lisboa, em agosto de 2023.

A Jornada Mundial da Juventude (JMJ) é um encontro dos jovens de todo o mundo com o Papa. Inicialmente agendada para 2022 a JMJ em Lisboa viu-se adiada para 2023 devido à pandemia, e vai realizar-se em Portugal entre os dias 1 e 6 de agosto, sendo esperados, sem dados concretos, cerca de 2,5 milhões de jovens em Lisboa, Loures e Oeiras.

Os pontos altos são as celebrações (atos centrais) que contarão com a presença de Sua Santidade, o Papa Francisco, tais como a cerimónia de acolhimento e abertura, a via-sacra, a vigília e, no último dia, a missa de envio.

Nunca tivemos um evento desta magnitude em Portugal, estado a sua organização dividida entre a Igreja (Comité Organizador Local), presidido por D. Américo Aguiar, as Câmaras Municipais de Lisboa, Loures e Oeiras e o Governo, sob tutela da Ministra dos Assuntos

Parlamentares, e designado pelo Governo coordenador do projeto José Sá Fernandes, tendo sido já assinado por estas entidades um memorando de entendimento sobre a área de ação de cada um (quem tem a responsabilidade do quê).

Não existe, contudo, e até à data, qualquer orçamento dos gastos com este evento, havendo apenas estimativas. A autarquia de Lisboa, prevê gastar 35 milhões de euros, Loures 10 milhões de euros, e “o Governo estima gastar 36,5 milhões de euros na organização da Jornada Mundial da Juventude”, mas de acordo com o gabinete da Senhora Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares, “estas contas não incluem ainda custos com segurança, mobilidade, saúde, entre outras”¹.

No orçamento de Estado para 2023 foi aprovada uma proposta que permite o recurso ao procedimento por ajuste direto, a dispensa da fiscalização prévia do Tribunal de Contas e a excecionalidade das despesas para o cálculo do limite ao endividamento. Um aditamento ao artigo 118.º do OE2023, prevê que "para a celebração de contratos que tenham por objeto a locação ou aquisição de bens móveis, a aquisição de serviços ou a realização de empreitadas de obras públicas e se destinem à organização, programação, conceção e implementação da JMJ, as entidades adjudicantes podem iniciar procedimentos de ajuste direto quando o valor do contrato for, simultaneamente, inferior aos limiares referidos nos n.ºs 3 ou 4 do artigo 474.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), para além disso não são aplicáveis as limitações constantes do n.º 1 do artigo 32.º, nem as exigências de fundamentação previstas no n.º 3 do artigo 36.º no n.º 2 do artigo 46.º-A do CCP.

Segundo a proposta, os contratos celebrados ficam dispensados de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, devendo ser eletronicamente remetidos àquele tribunal para efeitos de fiscalização concomitante, até 10 dias após a respetiva celebração e acompanhados do respetivo processo administrativo. Os encargos decorrentes da celebração dos contratos que se destinem à realização da JML 2023 não são também considerados para efeitos do limite da dívida.

¹ <https://sicnoticias.pt/especiais/jornadas-mundiais-da-juventude/2022-10-13-Quanto-vai-custar-ao-Governo-a-Jornada-Mundial-da-Juventude-2023-em-Lisboa--61e86e37>

A empresa municipal da Câmara de Lisboa que está a requalificar o Parque Tejo adjudicou por ajuste direto (ao abrigo do artigo 118º do Orçamento do Estado para 2023 - Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro) o altar-palco à Mota-Engil por 4,2 milhões (mais IVA)², de acordo com a informação registada no portal BASE, e noticiado pela comunicação social. Posteriormente, as notícias dão conta que o palco tem o valor de cerca de sete milhões de euros (6.997.327,95€)³, o que suscita indignação em relação ao modo como são feitos estes ajustes diretos são feitos.

Em abril de 2021, foi criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2021 o Grupo Projeto que vai “assegurar o acompanhamento, em termos operacionais, dos trabalhos de preparação deste evento”, e nomeado em outubro de 2021 Coordenador do Grupo de Projeto José Sá Fernandes, que deixaria a função no final de 2023. Mas, através da Resolução de Conselho de Ministros nº102/2022, o Governo prolongou o mandato do grupo de projeto até ao final de 2024, indo assim José Sá Fernandes ganhar cerca de 210 mil € (brutos), enquanto estiver no exercício de funções⁴.

Acresce ainda o facto, de a Câmara Municipal de Lisboa se recusar a ter como interlocutor, o Coordenador de Projeto José Sá Fernandes. O vice-presidente da Câmara de Lisboa comunicou que as alterações na coordenação da Jornada Mundial da Juventude são para que o município assumira o contacto direto com a Igreja, excluindo o coordenador do grupo nomeado pelo Governo. Segundo Filipe Anacoreta Correia “quando o presidente da câmara [Carlos Moedas] diz ‘eu agora é que coordeno’, o que está a dizer é que nós não aceitamos mais pretensos coordenadores que não fazem nada e que não ajudam a resolver nada”.

O Partido CHEGA é absolutamente favorável à realização deste evento em Portugal, considerando, contudo, que o mesmo deverá ser o mais transparente possível, nomeadamente na questão da coordenação e no papel do coordenador, assim como no orçamento que será atribuído à JMJ e gerido pelo Governo.

² <https://www.noticiasao minuto.com/economia/2165521/4-2-milhoes-e-quanto-vai-custar-o-altar-da-jornada-mundial-da-juventude>

³ <https://expresso.pt/politica/2023-01-25-Camara-de-Lisboa-garante-que-adjudicou-altar-da-Jornada-Mundial-ao-melhor-preco-veja-aqui-como-vai-ficar-96f7757f>

⁴ <https://www.cmjornal.pt/politica/detalhe/ex-vereador-da-camara-de-lisboa-vai-ganhar-210-mil-euros-com-a-jornada-mundial-da-juventude>

É neste contexto, e como fundamentação para este requerimento, que o Grupo Parlamentar do CHEGA, vem solicitar a V/ Exa., que tome as diligências necessárias para que possamos ouvir na Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local, a senhora Ministra dos Assuntos Parlamentares, Dr. ^a Ana Catarina Mendes, dentro das competências que lhe estão atribuídas pela Resolução de Conselho de Ministros nº45/2021 alterada posteriormente pela Resolução do Conselho de Ministros nº 102/2022.

Palácio de S. Bento, 08 de fevereiro de 2023,

O Deputado do Grupo Parlamentar do CHEGA,

Bruno Nunes